

## A MULTIMODALIDADE DO DISCURSO CHÁRGICO NUMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

Maria Cristina de Moraes TAFFARELLO (UNIANCHIETA)<sup>31</sup>

**Resumo:** O objeto deste artigo são duas charges da *Folha de S. Paulo* que abordam questões ligadas à miséria X riqueza, em particular à falta de moradia. Por se tratar da análise de um gênero multimodal com ampla dimensão social, o principal desafio é mostrar a conveniência de recorrer a abordagens de texto sob perspectivas discursivo-enunciativas distintas. Serão revistos conceitos da Linguística Textual e da Análise do Discurso francesa, abrindo-se ainda para os enfoques crítico e semiolinguístico. Deseja-se, entre outras coisas, demonstrar que tal gênero, particularmente opinativo por ser jocoso, faz parte de um jogo de imagens (Pêcheux) na mídia.

**Palavras-chave:** Imagem. Intertextualidade. Mídia. Discurso Político. Referenciação.

**Abstract:** *The aim of this article are two cartoons of Folha de S. Paulo, that concern the issues related to poverty x wealth, particularly the lackness of dwelling. Because of the fact that is a multimodal genre analysis within a large social dimension, the main challenge is to show the convenience of using the approaches of the text according to distinct discursive-enunciation perspectives. It will be reffered concepts from the Linguistics of Text and from the French Discourse Analysis, opening up yet for the critical and semiolinguistics approaches. It also intends , among other things, to demonstrate that such kind of genre, particularly opinionative for being humourous, is part of a set of images (Pêcheux) in the media.*

**Keywords:** *image, intertextuality, media; politic discourse; referenciation.*

---

<sup>31</sup> Docente do Curso de Graduação e de Pós-graduação do Centro Universitário Padre Anchieta - UNIANCHIETA - Jundiaí, São Paulo. Doutora em Linguística pela UNICAMP. E-mail: cristinataffarello@hotmail.com.

## Introdução

A charge, considerada como texto opinativo, é um gênero intrigante não só por ser multimodal, isto é, se concretizar por diferentes sistemas sógnicos, mas sobretudo por ser humorístico – o que exige uma leitura mais atenta, porém compensada pelo riso catártico e, geralmente, punitivo. Embora tenha como alvo de crítica uma personagem, um fato ou um acontecimento político determinado e limitado no tempo, abre-se também para subtemas ligados a empreendimentos políticos. Os problemas ligados à miséria, mais especificamente à falta de moradia, é um deles, tema abordado em nosso *corpus*: duas charges da *Folha de S. Paulo* da mesma autoria, Jean. O chargista, em cumplicidade com seu leitor, não consegue dissociar, por exemplo, jogo de palavra e injúria, caricatura e sarcasmo, ironia e vingança; em suma, enreda-se num paradoxo que leva à espetacularização da política. Jean, com maestria, concretiza isso, como se verá.

Em relação à natureza multimodal do gênero pesquisado, seu estudo apresenta-se como um desafio no campo dos estudos do texto e do discurso, haja vista sua relação com vastas dimensões sociais. Na perspectiva da Linguística Textual (LT), por exemplo, o desafio é: “[...] construir uma resposta teórico-metodológica própria sobre o assunto [...]” (BENTES; RAMOS; ALVES FILHO, 2010, p. 402).

Inserido também nas formulações da Análise do Discurso (AD) francesa, um dos objetivos deste artigo é demonstrar que tal gênero, particularmente opinativo por ser jocoso, faz parte de um jogo de imagens (PÊCHEUX, 1993) na mídia.

Também a Análise Crítica do Discurso (ACD), ao adotar a combinação de conceitos de intertextualidade e hegemonia, se identifica com as formulações da AD no que diz respeito à visão crítica da linguagem como palco de práticas e, sobretudo, de transformações sociais. Por hegemonia, produzida e transformada no discurso, entenda-se, de acordo com Fairclough (2001, p. 28), “[...] um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento”. A autora, na mesma página, comenta também que o método crítico “[...] implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo,

fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem.”

Nosso principal objetivo é mostrar que, por se tratar da análise de um gênero multimodal, não há como deixar de recorrer a abordagens de texto sob perspectivas discursivo-enunciativas distintas: a LT, a AD e seus diversos enfoques teóricos: a AD tradicionalmente dita francesa, a ACD e a Semiologia.

### **Pressupostos teóricos**

Na verdade, Maingueneau (2010, p. 64) concebe como “indecidível” a fronteira entre a ACD e a AD: esta, desde sua origem, apresenta uma dimensão crítica pela própria escolha de seus *corpora* (políticos filiados à esquerda francesa). Além disso, a AD apresenta não só um caráter dessacralizante (analisa, por exemplo, um discurso filosófico ao lado de um discurso da conversação ordinária), mas também não autonomiza os textos analisados, relacionando-os a práticas sociais e a interesses situados (na análise de um texto religioso, por exemplo, leva em conta, além do conteúdo, a intuição que o produziu). E mais: “[...] se manifesta contra certo número de ilusões constitutivas da ideologia espontânea dos locutores, que acreditam que dizem o que pensam, que utilizam a linguagem como instrumento etc.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 65). Em suma, a AD leva os sujeitos a uma “perda de controle”, a uma dispersão na pluralidade de práticas discursivas reguladas por um interdiscurso.

Mas a desconfiança em relação à linguagem é apenas uma das condições da ACD. Além disso, ela dispõe de um “dispositivo hermenêutico” para revelar os interesses inconfessáveis dissimulados pelos textos, autorizados ou não. Sobre os não autorizados, esclarece-nos Maingueneau (2010, p. 69) que são interpretados, ao contrário dos autorizados, para “[...] arruinar a autoridade que pretendem ter, para colocar em evidência o inconfessável que mascaram.”

Se o jornal, em geral de caráter dessacralizante, já é considerado “sombrio” em relação ao dispositivo hermenêutico, o que dizer do texto chágico? A charge normalmente exige uma dupla leitura: da seriedade / autoridade (primeira máscara) e, simultaneamente, a ridicularização dessa seriedade / autoridade (segunda máscara).

Vale ressaltar também que a charge jornalística constitui justamente um gênero que se subtrai à *ordem do discurso* (FOULCAULT, 1999), a qual regula a livre circulação dos enunciados, de modo a controlar a proliferação dos discursos. Dessa forma, tal gênero textual vai ao encontro das palavras de Bonnafous (2003, p.40): “Essa prática da derrisão coloca, evidentemente, a delicada questão da distinção entre a ‘farsa’ (*blague*) e a ‘caricatura’ que seriam essencialmente humorísticas e a injúria e o sarcasmo que seriam, sobretudo, de tendência agressiva.”. Na verdade, a charge difama, ridicularizando, e expõe, esquivando-se, na brincadeira, de ter de fundamentar seus ataques; cativa ou incorpora seu leitor pelo riso por meio de sua criatividade verbal e não-verbal, tornando-o seu co-enunciador ou fiador do que vê/lê:

Com efeito o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito.” (MAINGUENEAU, 2001, p.98).

Deve-se frisar ainda a importância da antiga noção retórica de *ethos*, a construção da imagem de si como garantia do êxito da oratória, retomada a partir de estudos da linguística da enunciação e da subjetividade. Pêcheux (1993, p.82), por exemplo, propõe a construção especular de imagens dos protagonistas do discurso A e B que, nas duas pontas de uma interação, se fazem imagens recíprocas dos lugares que ocupam na estrutura de uma formação social. Acrescenta que o “referente” (R) pertence também às condições de produção, compondo, nessa rede de “formações imaginárias”, um objeto imaginário, isto é, o ponto de vista do sujeito e não da realidade física. No caso da charge, os valores de referência constituem massa especial a ser moldada pelo jornalista-artista. Explicando: os efeitos das imagens reproduzidas na mídia pelos humoristas não se constroem pelo político, mas resultam de estratégias que lhe são atribuídas pelo público, por boatos e pela própria mídia. Em suma, o humor chágico constrói os *ethé* atribuídos pelos outros, construindo imagens estereotipadas, até deformadas. Comprovar isso é também uma de nossas metas.

Charaudeau (2006), numa perspectiva semiolinguística do discurso, ao comentar o que entende por contrato de comunicação política, distingue três lugares de fabricação do discurso político: um lugar de governança, em sentido amplo, onde se instala a

*instância política* e seu antagonista, a instância adversária; um lugar de opinião, onde se encontra a *instância cidadã*, e um lugar de mediação, o da *instância midiática*, que une as duas instâncias anteriores. Deseja-se demonstrar ainda que esse “contrato de comunicação política” é inevitavelmente mantido por um jogo de imagens sutil e habilmente materializado nas charges em questão.

O discurso da instância midiática, que nos interessa particularmente, apresenta dois dispositivos: de *exibição*, ou busca de credibilidade, e de *espetáculo*, ou busca de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público. Tal discurso divide-se, pode-se dizer, entre o *dever* de informar e de promover o debate democrático e o *direito* de fazer revelações e de denunciar. Para este propósito, as charges compõem um excelente gênero.

Concorda-se ainda (CHARAUDEAU, 2006) com o fato de que as restrições de espaço, de tempo, de relações e de palavras que regem a situação de comunicação se estabelecem por meio de um jogo de regulação das práticas sociais e pelos discursos de representação que justificam tais restrições. Em outras palavras, o discurso é apenas *um* momento dessas práticas, inserido na chamada “modernidade tardia”, segundo a concepção teórico-metodológica giddeana retomada por Resende e Ramalho (2006, p.30): “[...] separação de tempo e espaço, mecanismo de desençaixe e reflexividade institucional.”.

Complementando tais estudos do discurso, pesquisas de análise crítica como as de Chouliaraki e Fairclough (1999) sugerem que os sistemas especialistas globalizados geram conhecimentos que se relacionam a um monitoramento reflexivo da ação que se caracteriza por ser externo, sobretudo midiático. Porém, a apropriação dos produtos da mídia é localizada em contextos socio-históricos específicos. Os sistemas de valores políticos e as posições ideológicas são dois vetores que permeiam as representações da mídia com relação às famílias sem teto.

O conceito de reflexividade na modernidade tardia, ou globalização, leva à concepção da noção de identidade como uma construção reflexiva – os indivíduos podem escolher estilos de vida. Sendo assim, lança-se mão de uma questão retórica elaborada por Resende e Ramalho (2006, p.33) ao abordar a noção de reflexividade:

“Que estilos de vida têm disponíveis para escolha pessoas que vivem à margem dos ‘bens’ produzidos pela modernidade?”

Partindo do conceito dialético de discurso como lugar de construção e contestação de identidades, pode-se, pelo menos, conceber a linguagem como “[...] um sistema aberto a mudanças socialmente orientadas, o que lhe provê sua capacidade teoricamente ilimitada de construir significados.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.56). Possenti (2001), por sua vez, declara que o discurso não tem começo: como o efeito de sentido se produz a partir de relações interdiscursivas, a cada enunciação o sujeito escreve o seu discurso em uma *linhagem discursiva* (segundo Pêcheux), mas, ao mesmo tempo, há nele alguma novidade (segundo Lacan). O efeito de sentido é, portanto, o resultado de uma tensão dialética entre um *dado* (a memória discursiva) e um *novo* (algo que se desloca no momento da enunciação), como veremos na análise a seguir.

### A multimodalidade do discurso chárstico: uma análise



Ilustração 01: **Charge I Folha de S.Paulo A2** opinião 7-11-2008



Ilustração 02: **Charge II** *Folha de S.Paulo* A2 opinião 16-8-2008

Cabem aqui as iniciativas de Ramos (2007), ao estudar os processos de leitura das histórias em quadrinhos, sobre a necessidade de incorporar os *signos visuais* (no sentido a eles atribuído pelo Grupo Mu, 1993) ao escopo da LT. Uma das iniciativas é emprestar de variados estudos semióticos o chamado determinante visual, mostrando sua equivalência com o que a LT denomina “objeto de discurso”, construído no processo da interação. Esse determinante visual é uma categoria referencial construída e reconstruída no processo ativo de progressão do texto multimodal. Sendo assim, ambas as charges, consideradas em uma dinâmica narrativa por apresentarem uma sequência de dois quadros, podem ser analisadas por meio de atividades de produção textual, como o de referenciação e o de inferenciação<sup>32</sup>. Também os processos de intertextualidade e polifonia são atuantes nos textos analisados, como se verá, justificando trabalharmos num âmbito multidisciplinar: LT, AD, inclusive e a ACD a Semiologia

---

<sup>32</sup> O termo *inferência* é definido por Koch e Travaglia (1989, p.79) como “a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o receptor (leitor / ouvinte) de um texto estabelece uma relação não explícita entre dois elementos (normalmente frases e trechos) que ele busca compreender e interpretar; ou, então, entre segmentos de texto e os conhecimentos necessários para sua compreensão. Marcuschi (2008) alarga a compreensão do funcionamento processual da inferência necessário para que o leitor construa sociocognitivamente informações textuais implícitas: usa o termo *inferenciação*, que acentua o processo de construção de inferências e evidencia as pistas orientadoras fornecidas pelo texto. Tal noção estaria ligada a outro processo, o da *referenciação*, entendido como forma de produção e retomada dos objetos do discurso.

Importante lembrar ainda que o riso é suscitado basicamente por dois “gatilhos”: o do insólito, ou seja, da surpresa, e o do exagero. Sendo assim, num primeiro momento nos deteremos nos signos visuais da **Charge I**, indissociáveis, como se verá depois, dos signos verbais no seu efeito de sentido: no primeiro quadro, disposto acima do segundo, portanto de forma vertical, a expressão de alegria e expectativa no rosto das crianças e de solicitude no rosto do pai é evidente quando aquelas pedem a este que lhes conte um “conto de fadas”. Porém, tal quadro recorta apenas as expressões faciais (imagem em *close-up* ou desambiguação) dos personagens em questão. O segundo quadro retoma coesivamente as personagens, mas dentro de um cenário maior: sob uma ponte, sentados no chão sobre papelão e com as cabeças apoiadas em caixas (as crianças), com um tráfego intenso dos dois lados (carros que passam), lendo jornal (as crianças) e um livro da Constituição (o pai), aparentemente velhos e/ou achados no lixo, ao lado de pouquíssimos pertences (uma trouxa e um copo) no chão; enfim, um retrato de miserabilidade e exclusão social. A expressão facial, sobretudo das crianças, sofre transformação: a alegria anteriormente desenhada vira indignação (olhinhos arregalados e seriedade na face).

De acordo com os pressupostos da LT, o objeto do discurso se estabelece por etapas: ativado no primeiro quadro, reconstruído ou retomado no segundo (mudança de estado pelo rosto e acréscimo do cenário), porém a identidade referencial das personagens se mantém. É nos signos verbais escritos, como se verá, que se completa o efeito de humor (o inesperado / insólito), mas, sem o auxílio do icônico, tal efeito não se consolidaria: o cenário "estar sob uma ponte" recategoriza o espaço esperado para se contar um conto de fadas, normalmente um quarto, com crianças deitadas na cama. Tal interpretação constrói a comicidade da história: as retomadas e reconstruções dos objetos dos discursos visuais, aliadas aos processos inferenciais denotados por tal procedimento, explicam o processo narrativo dessa charge.

Como um de nossos propósitos é demonstrar que a charge se manifesta em um gênero particularmente opinativo por ser jocoso, optamos pela noção de gênero de Fairclough (2003) que, por sua vez, adota o conceito de Swales (1990). A autora distingue *pré-gêneros* de *gêneros situados*; os primeiros são potenciais e abstratos (narrativa, argumentação, descrição e conversação, por exemplo) e podem compor um



gênero situado, de categoria concreta, o qual é um tipo de linguagem usada na realização de uma prática social particular. Este gênero situado pode manifestar vários pré-gêneros.

Observando ainda a **Charge I**, cujo tema de miséria se delimita ao subtema falta de moradia, nota-se um diálogo entre gêneros específicos (definidos pelas práticas sociais) e discursivos, “[...] quando mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.62). Tentaremos demonstrar isso.

No primeiro quadro da **Charge I**, como se viu, o pedido das crianças ao pai é o de ouvir um conto de fadas, gênero situado, alçado por um pré-gênero narrativo por excelência e abstrato. A imagem transmitida é de normalidade: crianças gostam de ouvir histórias; porém, no segundo quadro, tal conto se concretiza num gênero situado jurídico, a Constituição Brasileira: “Todo brasileiro tem direito à moradia” é a leitura-citação do pai, até entre aspas, o que faz o gatilho do insólito acionar o riso. Um raciocínio lógico se pressupõe e, inevitavelmente, se infere: Todo brasileiro tem direito a uma moradia. Ora, somos brasileiros. Logo, temos direito à moradia.

Observa-se também que o pré-gênero abstrato narrativo acaba compondo tanto o gênero situado opinativo charge como, dentro deste, compõe a concretude de um gênero autorizado jurídico situado (uma das leis da Constituição, gênero perpassado por um pré-gênero injuntivo), o qual, por sua vez, toma lugar de outro gênero situado, um conto de fadas: no meio dessa intergenericidade, ou diríamos metagenericidade, e disputa interdiscursiva, manifesta-se uma voz que representa o incluído (chargista-jornalista) na voz do excluído (morador de rua), em busca de cooptação do público leitor, de conscientização da necessidade de mudanças sociais.

Os gêneros devem, portanto, ser compreendidos como “[...] *faceta regulatória do discurso*, e não simplesmente como uma estruturação apresentada por tipos fixos de discurso.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 64). A **Charge I** demonstra isso com competência: um discurso autorizado acaba sendo interpretado por meio de um chágico não autorizado, o qual tenta arruinar a autoridade daquele, colocando em evidência o inconfessável que mascara, revelando diferentes práticas sociais.

Em relação à intertextualidade, isto é, a citação da Constituição, esta mostra a relevância de se representar o discurso como um processo ideológico: a maneira de se

apresentarem as vozes desvenda questões de poder. Além disso, Resende; Ramalho (2006, p.70) ressaltam que há “[...] um *continuum* em que a opção mais dialógica é a atribuição do dito à voz que diz, a citação; em seguida, tem-se a asserção modalizada e a asserção não modalizada; por fim, a opção menos dialógica é a pressuposição.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.70).

Segundo Fairclough (2003), a intertextualidade e a pressuposição têm em comum o fato de relacionarem o texto a outro texto existente, embora de maneira mais vaga, no caso da pressuposição, em relação ao “lugar” deste texto. Além disso, a pressuposição é um fechamento para a diferença (conhecimento geral é tomado como dado), ao passo que a intertextualidade é uma abertura (várias vozes ecoam, para concordar ou discordar). E o efeito de sentido na **Charge I**, resultado dessa tensão dialética entre um *dado* e um *novo*, circula entre o riso e a indignação.

Interessante também comentar que, entre os elementos de modalidade, as aspas são consideradas relevantes, na medida em que sua presença (ausência) contribui para o menor (maior) comprometimento ou distância da voz que as usa em relação ao que é enunciado. E o chargista se esconde nas redes bem entrelaçadas do discurso de humor, lugar por excelência de embate de forças.

E a hipótese de que os efeitos das imagens reproduzidas na mídia pelos humoristas não se constroem pelo político (ou alguma autoridade), mas resultam de estratégias que lhe são atribuídas pelo público, por boatos e pela própria mídia parece se confirmar. Em suma, como se mencionou, o humor chágico constrói os *ethé* atribuídos pelos outros, construindo imagens estereotipadas, até deformadas.

Na concepção do discurso como modo de representação de aspectos do mundo, portanto, os discursos podem projetar mudanças e ainda competir em relações de dominação. Também a articulação entre os discursos pode gerar cooperação ou competição (RESENDE; RAMALHO, 2006). Vejamos então a **Charge II**.

Na **Charge II**, o discurso hegemônico da riqueza, afirmado, é, num primeiro momento, considerado protagonista, materializado na voz do juiz. Tal discurso gera competição com o discurso antagonista da miséria, negado. Porém, nessa relação dialógica polêmica, o discurso de humor faz com que se inverta a atuação de vozes: a voz da miséria é que se sobressai à da riqueza, num apelo fortemente persuasivo

justamente por ser de humor. Em outras palavras, o discurso da instância midiática, em busca de cooptação, ganha, além do riso, a fidelidade de seus leitores.

Provavelmente por serem ambas as charges de mesma autoria, a sequência narrativa da segunda se esboça também em dois quadros, com certa semelhança na distribuição dos signos icônicos: o primeiro quadro foca, em *close*, a expressão alegre da “conversa”, ou melhor, da ordem (foco no destinatário, uso do verbo *vai* no imperativo, do vocativo *Rex* e até de ponto de exclamação), dirigida pelo juiz a seu cachorro por meio de um balão: “Agora chega, Rex, vá para sua casinha!”. Quanto ao segundo quadro, abaixo do primeiro, este apresenta transformação de estado (o juiz à porta de sua mansão, tomando algo em uma xícara, aguarda o cãozinho feliz e obediente direcionar-se à “casinha” deste) e, particularmente provocadora do riso, uma mudança gritante de cenário: as moradias das personagens lembram um capitólio, edificação majestática, sobre uma espécie de pódio, com colunas e forma triangular (sentido de perfeição?) do frontão - aliás, confira-se aí a interessante intertextualidade com o que construções desse tipo sempre representaram na história da humanidade: poder. E o exagero se evidencia e aciona o gatilho do humor, mostrando o gritante contraste entre a riqueza e a miséria. Mas aqui também o signo icônico faz-nos retomar, coesivamente, o signo verbal do primeiro quadro, *auxílio-moradia para juízes*, analisado a seguir.

Entre os traços linguísticos que realizam o discurso, temos a forma de “lexicalizar” o mundo: *auxílio-moradia*, na Charge II, e *moradia*, na I, conduzem ao problema social comum tematizado. Porém, o caráter tipográfico extrapola o campo linguístico, adentrando no pictórico: a escrita de “AUXÍLIO-MORADIA PARA JUÍZES” em letras versais, no alto do primeiro quadro, como um título, representa um recurso visual enfático, cujo efeito de sentido, devido ao humor próprio do gênero, se apresenta temperado de ironia e paradoxo. Como se vê, as retomadas e diálogos dos objetos de discurso tanto visuais quanto verbais, juntamente com os processos inferenciais, demonstram a importância dos dispositivos analíticos da LT. Conforme considera Ramos (2010) em relação às tiras cômicas, a articulação entre os diferentes dados sígnicos pode ser verbalizada sem que haja necessidade de hierarquizá-los, pois todos os códigos são relevantes. O mesmo se aplica às charges em questão.

Também a representação de atores sociais, discutida em Van Leeuwen (1997), nos faz ver o termo *juízes* como um caso de inclusão de personalização e, ao mesmo tempo, de indeterminação: toda a classe dos juízes parece dispor de luxuosa moradia (dado), e, no entanto, quer auxílio-moradia (novo). Já o nome próprio *Rex* (ironicamente "rei", em latim), que designa o cachorro do juiz, por ser um nome próprio relativamente comum, tal ação nomeia também, neste caso, de forma generalizante: designa todos os cachorros; a surpresa é que alguns deles, em particular os dos juízes, embora sejam animais domésticos (dado), parecem ter mais privilégios do que muita gente (novo). Sem contar a voz da ironia que perpassa o uso do diminutivo "casinha".

A maneira de representar esses atores sociais indica posicionamento ideológico em relação a eles, transmitindo uma imagem de protesto para a instância cidadã e de denúncia para a instância midiática. Com base na noção de contrato de comunicação, a charge é uma “máquina de forjar discursos de legitimação de imagens” em potencial: a identidade legitimadora do chargista-colunista se desvanece numa identidade de projeto de mudanças sociais, fazendo do leitor seu fiador (MAINGUENEAU, 2001).

## **Conclusão**

O discurso materializado no gênero chárstico, aberto ao espetáculo, se vê no direito de denunciar, de tal modo que o “sujeito assujeitado” se transfigura em um agente social persuasivo e, acima de tudo, criativo. Desse modo, ao mesmo tempo em que a imprensa sustenta e conserva uma hegemonia, por ser, em geral, reprodutora de vozes legitimadas na versão cotidiana, a sua versão humorística faz também com que as identidades, as relações e as distâncias, enredadas na trama de imagens criadas pelo humor, entrem em colapso.

Buscou-se comprovar, entre outras coisas, em relação ao gênero chárstico analisado, que a articulação entre os diferentes códigos pode ser verbalizada sem que haja necessidade de hierarquização, pois tanto os signos verbais quanto os icônicos são relevantes.

Esta análise, embora breve, demonstra ainda a necessidade de alargar o conceito de texto, abrangendo o texto multimodal, sobretudo os que constituem gêneros que

buscam formar opinião dentro de uma dinâmica instância enunciativa, lugar de interação entre linguagem, cultura e mundo social dos sujeitos do discurso. Com tal intento, recorrer a diversos campos teórico-metodológicos que tratam de questões textual-discursivas foi um desafio necessário... E, com certeza, continua a sê-lo.

## Referências

BENTES, A. C.; RAMOS, P.; ALVES FILHO, F. Enfrentando desafios no campo de estudos do texto. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.) **Linguística de Texto e Análise da Conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. p. 389-428.

BONNAFOUS, S. *Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen*. In: GREGOLIN, M. do R. (org) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Paulo: Claralux, 2003. p. 35-48.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução: Fabiana Komezu e Dilson Ferreira da Cruz, São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2008 (reimpressão).

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.

GRUPO MU. **Tratado del signo visual**: para uma retórica de la imagen. Madrid: Cátedra, 1993.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAINGUENEAU, D. **Análises de texto de comunicação**. São Paulo: Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Crítica (Análise)- As condições de uma Análise Crítica do Discurso. Tradução: Roberto Leiser Baronas. In: \_\_\_\_\_. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 63-77.

MARCUSCHI, L. A., **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas, S.P.: Unicamp, 1993. (Coleção Repertórios). p. 61-161.

POSSENTI, S. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Paulo: Claralux, 2001. p. 45-59.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SWALES, J. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.